

AgInt no MANDADO DE SEGURANÇA Nº 24.636 - DF (2018/0241543-8)

RELATOR : **MINISTRO OG FERNANDES**
AGRAVANTE : **SERVICO SOCIAL DA INDUSTRIA SESI**
AGRAVANTE : **SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM**
INDUSTRIAL-SENAI
AGRAVANTE : **NUCLEO REGIONAL DO INSTITUTO EUVALDO LODI IEL-RS**
AGRAVANTE : **CONDOMÍNIO INSTITUCIONAL DO SISTEMA FIERGS**
AGRAVANTE : **CENTRO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO GRANDE**
DO SUL - CIERGS
ADVOGADOS : **LOIVA PACHECO DUARTE E OUTRO(S) - RS037741**
DANIELE JARDIM VASCONCELLOS - RS075114
CARLOS ALBERTO MÖLLER FILHO - RS081154
AGRAVADO : **UNIÃO**
PROCURADOR : **ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO - AGU - AL000000U**

EMENTA

PROCESSO CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO MANDADO DE SEGURANÇA. IMPUGNAÇÃO DA PORTARIA N. 1.287/2017. MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO. PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR – PAT. DESCABIMENTO DO WRIT. SÚMULA 266/STF. ORIENTAÇÃO DA PRIMEIRA SEÇÃO.

1. A Primeira Seção do STJ, no julgamento do Agravo Interno no Mandado de Segurança n. 24.245/DF, na assentada ocorrida em 8/8/2018, concluiu pelo descabimento do mandado de segurança impetrado com o objetivo de reconhecer a invalidade da Portaria MTE n. 1.287/2017, haja vista o impeditivo constante na Súmula 266/STF: "Não cabe mandado de segurança contra lei em tese."
2. Agravo interno a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Benedito Gonçalves, Assusete Magalhães, Sérgio Kukina, Regina Helena Costa, Gurgel de Faria, Francisco Falcão, Herman Benjamin e Napoleão Nunes Maia Filho votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019(Data do Julgamento)

Ministro Og Fernandes
Relator